

Parlamentarismo tem 43% de preferência em 11 capitais

Editoria de Arte

Da Redação da Folha

O sistema de governo parlamentarista tem a preferência de 43% dos brasileiros residentes nas principais capitais do país, enquanto 36% são a favor de que o presidencialismo seja mantido na futura Constituição. Independente do sistema de governo a ser definido, a grande maioria (83%) é favorável a que a decisão do Congresso constituinte passe por um plebiscito. Os resultados foram obtidos na mais abrangente pesquisa sobre a questão já realizada pelo DataFolha, que entrevistou 5.622 pessoas em onze capitais. Para 72% dos entrevistados, o Congresso constituinte deve também reduzir o mandato do presidente Sarney para quatro anos e convocar eleições diretas em novembro de 1988.

A pesquisa foi feita nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Recife (PE), Brasília, Goiânia (GO) e Belém (PA). A maioria da população dessas capitais (48%), segundo a pesquisa, não acredita que a nova Constituição irá melhorar sua vida.

Sistema de governo

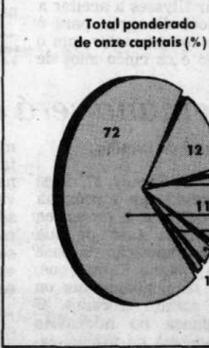
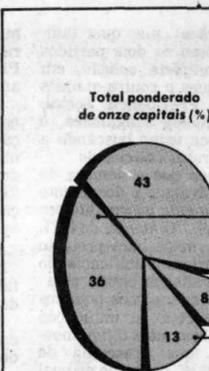
O parlamentarismo é majoritário em São Paulo (48% contra 31% a favor do presidencialismo), Belo Horizonte (45% a 36%), Curitiba (49% a 37%), Porto Alegre (50% a 35%) e Salvador (50% a 38%). Já o presidencialismo vence no Rio (42% a 35%) e Recife (36% a 30%). Em Fortaleza, Goiânia e Brasília as opiniões estão

divididas, registrando-se empate estatístico. Quanto à convocação de um plebiscito, as taxas mais elevadas registraram-se em Brasília (88%), Salvador (87%) e Goiânia (86%).

Nas onze capitais pesquisadas, a grande maioria da população defende a redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos. As maiores taxas por essa duração de mandato foram registradas em Salvador (75%), São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre (74% cada). O mandato de cinco anos, defendido por 12% dos entrevistados na média ponderada, teve em Curitiba (19%) e Brasília (18%) as maiores taxas.

A opinião do paulistano em relação à duração do mandato do presidente Sarney é praticamente a mesma desde abril. Nesse mês, pesquisa do DataFolha mostrava que 72% queriam quatro anos de mandato. Em maio, essa taxa subiu para 77%, ficando agora em 74%. A preferência pelo parlamentarismo também manteve-se, embora apresente agora a menor taxa: em abril, 50% dos paulistanos posicionavam-se a favor do parlamentarismo. Em maio, 55%, e, hoje, 48% defendem a mudança de sistema de governo.

A pesquisa foi uma realização do DataFolha, sob direção do sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes, tendo como auxiliar de planejamento e análise o sociólogo Gustavo Venturi Jr. A coordenação dos trabalhos de campo ficou a cargo de Rafi Boudjikian (São Paulo), Cláudio Azevedo Andrade (Rio de Janeiro), Iva de Azevedo Nobre Bernal (Salvador), Maurício Gugelmin (Curitiba), Ana Rita Castro Trajano (Belo Horizonte), Beatriz Rodrigues Alves (Porto Alegre), Laura de Renar (Recife), Francilaine Munhoz de Moraes (Brasília), Paulo Sérgio Souto Mota (Fortaleza), Antonio Fernando Botelho da Cunha (Belém) e Maria Celina Pavie Ribeiro (Goiânia). A formulação dos temas e a interpretação dos resultados são de responsabilidade da Redação.



O Congresso constituinte irá definir que sistema de governo o Brasil adotará com a nova Constituição. Você é a favor:

Categorias	Capitais (%)										
	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Curitiba	Porto Alegre	Salvador	Recife	Fortaleza	Goiânia	Brasília	Belém
Do presidencialismo	31	42	36	37	35	38	42	38	33	39	36
Do parlamentarismo	48	35	45	49	50	50	35	35	34	37	30
Outras respostas	6	12	8	6	8	7	8	8	6	8	10
Não sabe	15	11	11	8	7	5	15	19	27	16	24
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Número de entrevistas	(1.078)	(721)	(416)	(418)	(279)	(431)	(504)	(498)	(432)	(432)	(413)

O Congresso constituinte definirá também a duração do mandato do presidente Sarney. Na sua opinião o mandato de Sarney deve:

Categorias	Capitais (%)										
	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Curitiba	Porto Alegre	Salvador	Recife	Fortaleza	Goiânia	Brasília	Belém
Ser mantido em seis anos, com eleições em 1990	10	10	8	14	10	12	15	12	13	9	18
Ser reduzido para cinco anos, com eleições em 1989	11	11	14	19	12	11	14	11	12	18	12
Ser reduzido para quatro anos, com eleições em 1988	74	73	74	65	74	75	66	72	69	70	61
Outras respostas	1	2	—	—	1	1	1	—	1	1	2
Não sabe	4	4	4	2	3	1	4	5	5	2	7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Número de entrevistas	(1.078)	(721)	(416)	(418)	(279)	(431)	(504)	(498)	(432)	(432)	(413)

* Inclusive as respostas por eleições antes de novembro de 1988. 9% no total ponderado das onze capitais

Fonte: DataFolha

Três correntes querem alterar atual sistema

JANIO DE FREITAS

Colunista da Folha

Três movimentos distintos formaram a maioria que, segundo todas as avaliações atuais, votará na Constituição pela adoção do parlamentarismo — clássico ou híbrido, gradualmente introduzido ou aplicado de uma vez.

O primeiro dos movimentos é o dos parlamentaristas por convicção, conhecedores das características deste sistema de governo e da doutrina que o ampara. Outro é dos que aderem ao parlamentarismo nem tanto porque o conhecem e apreciam, mas pelo que conhecem e depreciam no presidencialismo, a partir, sobretudo, da matéria de julgamento que lhes ofereceu o exercício da Presidência por Sarney. E, por fim, há a corrente, em crescimento constante, dos que veem no parlamentarismo a maneira de retirar de Sarney a condução do governo sem, no entanto, passar pelo incômodo problema do seu mandato. Supõe-se que distribuída pelos três grupos, mas de mensuração e mesmo identificação muito difícil, a ideia de trazer o Congresso da periferia para o centro do poder.

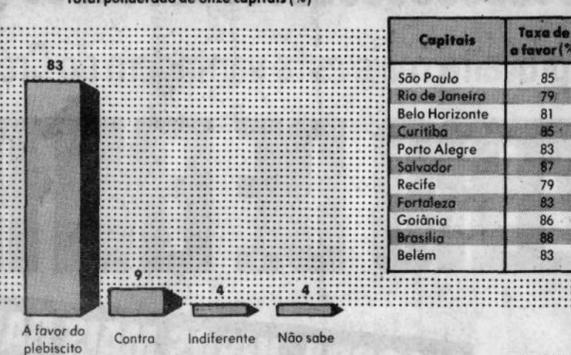
O presidencialismo conta com dois gêneros de adeptos na Constituição. Um, o dos convictos. Outro, muito mais numeroso, dos que definem suas posições em razão de conveniência pessoais ou grupais.

A vasta maioria das correntes movidas por motivos práticos, entre os adeptos de um e de outro sistema, explica que não tenha havido debate, na Constituição, confrontando a doutrina parlamentarista e a doutrina presidencialista. A maioria faltam além de razões para o debate, já que sua motivação é apenas prática, condições de cultura política e histórica para realizá-lo. O que não surpreende, constatada já a decadência da classe política brasileira como todo. Mas, à falta de debate, os cidadãos ficaram sem condições, excluída a minoria mínima que já as detinha, de fazer sua própria avaliação entre os dois sistemas.

Esta reportagem da Folha tem a finalidade de proporcionar o conhecimento, ainda que em forçada síntese, ainda que restrita a pequeno número de depoentes, das ideias que têm de parlamentarismo e do presidencialismo alguns dos principais defensores dos dois sistemas na Constituição.

Você é a favor ou contra a que se faça uma consulta à população, um plebiscito, para aprovar ou desaprovar o sistema de governo que for escolhido pelo Congresso constituinte?

Total ponderado de onze capitais (%)

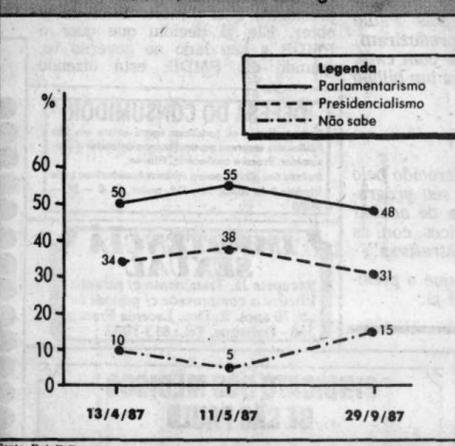


Fonte: DataFolha

Capitais	Taxa de a favor (%)
São Paulo	85
Rio de Janeiro	79
Belo Horizonte	81
Curitiba	85
Porto Alegre	83
Salvador	87
Recife	79
Fortaleza	83
Goiânia	86
Brasília	88
Belém	83

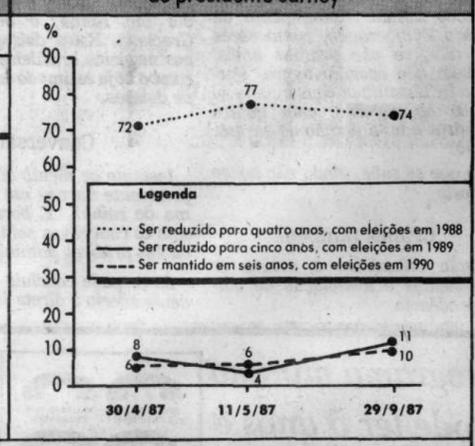
Editoria de Arte

Evolução da opinião dos paulistanos quanto à definição, pelo Congresso constituinte, do sistema de governo



Fonte: DataFolha

Evolução da opinião dos paulistanos quanto à definição, pelo Congresso constituinte, da duração do mandato do presidente Sarney



Parlamentaristas e presidencialistas apresentam argumentos variados

Da Sucursal de Brasília

Eis as razões de cinco presidencialistas e de cinco parlamentaristas para defender os respectivos sistemas de governo:

Parlamentaristas — O líder interno do PMDB no Congresso constituinte, deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), 54, centro-esquerda, afirma que o parlamentarismo "as crises de governo não se transformam em crises políticas", porque "são resolvidas no parlamento". Além desse motivo, ele defende o parlamentarismo por considerar que durante sua vigência a participação e a responsabilidade no governo é "socializada entre os diversos setores".

Para Scalco, o parlamentarismo é "mais ágil". "Se houver um problema, ele pode ser mais facilmente resolvido, sem nenhum tipo de crise". Outra característica que diz enxergar como uma vantagem do sistema parlamentarista sobre o presidencialista, diz respeito à atualidade do modelo. E, segundo ele, "um sistema moderno de administração, mais moderno e mais ágil".

O senador José Richa (PMDB-PR), 53, centro, afirma que "o presidencialismo, ao contrário do parlamentarismo, não tem mecanismo de superação rápida de crises políticas". Na sua opinião, a demora na solução das crises "acabam abalando as instituições democráticas". A adoção do sistema forçaria os partidos políticos a estarem "constantemente preparados para a possibilidade de assumir a responsabilidade do poder", diz Richa.

"O parlamentarismo assegura uma plena participação de todas as forças políticas", continua o senador. "Enquanto há uma aliança no governo, outra está na oposição, acompanhando, analisando, fiscalizando o governo", afirma. Segundo Richa, isso prepara a oposição como um "gabinete paralelo" para assumir o poder quando necessário. Richa diz que o parlamentarismo deve ser adotado "mediante uma negociação prévia" no Congresso constituinte, para evitar a "contestação ao sistema de governo" logo após a promulgação da nova Constituição.

Para o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), 58, centro-esquerda, o parlamentarismo é "um sistema aberto, voltado para a sociedade e capaz de integrar os poderes da República". Para o deputado, ele "estimula os quadros técnicos e políticos" do país onde é implantado.

Outra característica que aponta como fundamental, é que a legitimidade do parlamentarismo "decorre da eleição periódica do parlamento, sempre sujeito à dissolução quando há o comprometimento dessa legitimidade". Segundo o deputado, um governo exercido pelo primeiro-ministro tem que ser "transparente e estimulado a produzir e a atender aos reclamos da sociedade", já que fica sujeito à censura constante do parlamento.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), 47, centro, diz que defende o parlamentarismo por entender que "o processo de aperfeiçoamento democrático, salvo raras exceções, leva o país a um processo de descentralização do exercício do poder". Segundo Chiarelli, este deve ser "crescentemente distribuído de maneira colegiada entre tantos quantos representem, de forma objetiva, a vontade majoritária de uma sociedade". Na sua opinião, o parlamentarismo é, até hoje, a fórmula mais adequada que se criou, na Ciência Política e na "prática político-administrativa", para se atingir este objetivo.

Além disso, no entender de Chiarelli, o parlamentarismo permite que, quando um governo está satisfazendo, continue enquanto for "habilitado e tiver sustentação majoritária, independente de um prazo preestabelecido". Na situação inversa, quando um governo não é satisfatório, "às vezes até tendo perdido a base parlamentar", o parlamentarismo permite que o governo tenha seu mandato "finalizado antes do prazo previamente determinado".

Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), 40, centro-esquerda, uma das principais vantagens que a implantação do parlamentarismo traria ao país seria que a população passaria "a acreditar nas formas de organização coletiva". "Precisamos de um sistema



Fotos Banco de Dados

Euclides Scalco

José Richa

Egidio Ferreira Lima

Carlos Chiarelli

José Fogaça

Carlos Sant'Anna

Jarbas Passarinho

Luis Inacio Lula da Silva

Virgílio Távora

Brandão Monteiro

de governo no qual o povo confie em sua própria força", diz o senador, "superando o estágio primário de sua cultura política". Segundo Fogaça, esse "estágio primário" consiste em se personificar o que será um programa de governo em determinada "liderança messiânica".

José Fogaça discorda dos que dizem que a instauração do parlamentarismo seria "emergencial, para se resolver uma crise política episódica". "Não é verdade", diz ele. "Não há melhor momento que a Assembléia Nacional Constituinte".

Presidencialismo — O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 45, diz que defende o presidencialismo por considerar que "as condições do momento político brasileiro não suportam ainda" a adoção do parlamentarismo. Ele procura justificar sua posição, argumentando que o Brasil tem "quase um século de tradição republicana", com "presidentes fortes". Além disso, ele afirma que será "muito difícil transformar um presidente eleito com mais de 40 milhões de votos numa figura meramente decorativa, que não tem nenhuma condição de governo". Como outras razões para preferir o

presidencialismo ao parlamentarismo, ele relaciona a "falta de partidos políticos estruturados — nós temos frentes", e a "falta de uma burocracia adequada a quedas sucessivas de gabinetes".

Para o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), 67, centro-direita, o regime presidencialista é mais adequado ao Brasil porque "garante uma continuidade na aplicação de políticas", assegurando com isso "o prosseguimento dos programas de desenvolvimento social e político". Segundo ele, isso seria inviável num Brasil parlamentarista, pela falta de "dois pressupostos essenciais ao parlamentarismo": "Partidos estáveis e burocracia invulnerável às mudanças de ministérios".

O senador pedesista afirma que a atual estrutura partidária brasileira daria margem a "crises sucessivas" no parlamentarismo, com as constantes quedas de gabinetes que poderiam ocorrer.

O líder do PT na Câmara, Luis Inacio Lula da Silva (SP), 41, esquerda, diz que defende agora o presidencialismo por não concordar com a implantação do parlamentarismo "como tábuas de salvação para crise

econômica ou simplesmente para crise política, em função da incapacidade de governar de um governo". Segundo ele, o parlamentarismo deve ser implantado "num processo de consolidação das instituições". "É preciso ter um parlamento forte, um poder Judiciário autônomo, é preciso ter definido o papel das Forças Armadas". Para Lula, é necessário primeiro eleger um presidente da República que "tenha credibilidade e representatividade", para a partir disso tratar da mudança do sistema de governo.

O senador Virgílio Távora (PDS-CE), 67, direita, se diz "realmente convencido de que, no momento, o presidencialismo é o que há de mais adequado ao Brasil". Ele afirma que o sistema parlamentarista se torna "inexequível em períodos de crise econômica". Nesse caso, a situação "exige políticas mais estáveis, de médio e longo prazo", para que sejam encontradas soluções, diz o senador. Távora diz que defende o presidencialismo apesar de dever ao parlamentarismo "a projeção maior ou menor de minha vida pública". Ele participou do governo chefiado pelo então primeiro-ministro Tancredo Neves: "Foi um verdadeiro império", diz.

O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro (RJ), 48, defende o presidencialismo dizendo que o Brasil não tem "formação nem experiência parlamentarista". Segundo ele, as duas experiências parlamentaristas no Brasil não foram satisfatórias. Além disso, "o país não completou a sua transição democrática, e, em função disso, existem profundas fragilidades políticas". Monteiro acrescenta que "é da essência do parlamentarismo o voto distrital, dois ou três partidos", e, na sua opinião, não deve ser adotado o sistema distrital, "sobretudo numa sociedade urbana como o Brasil". O deputado diz também que a qualidade do Congresso de hoje comprometeria o sistema.

PLÁSTICA BIOLÓGICA FACIAL
Rugas, Orelheiras, Envelhecimento, Acne, Gorduras localizadas, Celulite, Estrias, Peeling, Botox, Cabeleiras, Frangos e queijos. F. (011) 223.1792 - 66.0987.

CONCURSO
Foi autorizado p/ o próximo ano o concurso p/ Auditor Fiscal do Tesouro Nacional-Nível superior, c. q. área: 600 vagas: inicial C25 500 mil. Participe do curso preparatório, início em 15/10 (notas) ou 7/11 (sábados).
PRÓ-CONCURSO - R. Barão de Itapetininga, 255 - 1º A. c. 112 - Metrô-República-Reservas - Fone: 256-4996-256-6779

FALAR AGORA É FICHA
CX. 500 unidades C25 540,00
Comerciante, a Fontex, a distribuidora oficial de fichas telefônicas; Local e D.D. atende por telefone. Você liga e a Fontex entrega caixas de fichas Local com 500 unidades por C25 540,00 e embalagens com 100 fichas D.D. por C25 1.104,00 em seu estabelecimento. Atendem também no litoral e interior.
Anote: São Paulo (011) 548.2688
Fichas telefônicas

IDOSOS GERIATRIA
Hospital Santa Izabel inaugurou instalações específicas para atendimento personalizado. Aló exclusiva. Fone: 204-2044
DESINIBIÇÃO EM APENAS 10 HORAS
Prof. W. PETERSEN
Método exclusivo e confortável, sem expor o participante a qualquer constrangimento. Resultados seguros e imediatos. 25 anos de experiência e recomendações do Brasil inteiro ESPADE
ESCOLA PAULISTA DE ARTE E DECORAÇÃO. R. Pamplona, 937 - CEP 01405 - São Paulo Tel. (011) 288-1988

BRASTEMP é em **G. ARONSON** Confiança de vender sempre mais BARATO
3 VEZES SEM JUROS
PREÇOS DE ALTO ATACADO
G. ARONSON
O INIMIGO Nº 1 DOS PREÇOS ALTOS
Agora também no LAR CENTER - LOJA 124 CENTER NORTE - LOJA 601 E IBIRAPUERA - LOJA 85 - piso superior